



Estado de Pernambuco  
Poder Judiciário



Documento Assinado Digitalmente por: Luiz Carlos de Barros Figueredo, CARLEIDE MARIA BEZERRA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: 357353ab-0b5e-4b7e-9d74-6513d6804301

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício de 2021

Unidade Gestora Executora – 070001  
Tribunal de Justiça de Pernambuco



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

**SUMÁRIO**

1. Informações Gerais.....	02
2. Base das Demonstrações Contábeis.....	03
2.1. Principais Práticas Contábeis.....	04
2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04
2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo.....	04
2.1.2.1 – Metodologia de cálculo para perdas.....	04
2.1.3 Estoques.....	04
2.1.4 Créditos a Longo Prazo.....	05
2.1.5 Imobilizado.....	05
2.1.5.1 Bens Móveis.....	05
2.1.5.2 Bens Imóveis.....	06
2.1.6 Intangível.....	06
2.1.7 Depreciação e amortização .....	06
2.1.8 Passivo Circulante.....	07
2.1.9 Apuração do Resultado .....	07
3. Balanço Patrimonial.....	09
3.1. Balanço Patrimonial - MCASP.....	09
3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Finan. e Permanentes – Lei nº 4.320/1964...	15
3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964.....	15
3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964.....	16
3.5. Quadro Analítico do Balanço Patrimonial – Resolução TCE nº 024/2017.....	16
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	19
5. Balanço Orçamentário.....	23
5.1. Balanço Orçamentário – MCASP.....	24
5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	26
5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados .....	26
6. Balanço Financeiro.....	26
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) .....	27
8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos.....	29





## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

### **1. Informações Gerais**

Enumerados no artigo 92 da Constituição Federal de 1988, como órgãos do Poder Judiciário, os Tribunais de Justiça estaduais, integram a justiça comum nos Estados juntamente com os Tribunais Federais. Sua competência e organização estão definidas na Constituição de cada Estado, e no respectivo Código de Organização Judiciária.

Com sede na capital e jurisdição em todo território do estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), conta com uma força de trabalho de 52 (cinquenta e dois) desembargadores, 482 (quatrocentos e oitenta e dois) juizes de direito e 7.475 (sete mil, quatrocentos e setenta e cinco) servidores públicos ativos, no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando a pacificação social.

O custo necessário ao bom funcionamento da máquina judiciária é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária Anual (LOA). Por sua vez, a operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ).

Nesse contexto, em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Para tanto, observa-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fruto do processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

Compromissado com esse processo, o Poder vem implementando várias ações no acompanhamento do cumprimento dos prazos de implantação estabelecidos na Portaria nº 548 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 24 de setembro de 2015, e posteriores alterações monitorados pelo Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE), por meio do Anexo XXIV à prestação de contas anual do Poder.

Dentre as ações, conta com a continuidade da implantação do sistema PE-Integrado do Governo do Estado, contemplando os módulos de compras, licitações, contrato, patrimônio e almoxarifado, especialmente, devido a integração com o Sistema Corporativo eFisco, ferramenta de gestão da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, utilizada por todos os órgãos e entidades dos poderes





Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

constituídos, consoante prescrito no Decreto nº 31.276/2008 e no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

### **2. Base das Demonstrações Contábeis**

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Demonstrações foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

O processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público às normas internacionais está em andamento, existindo normas internacionais (IPSAS) que ainda serão adotadas como normas brasileiras, servindo, nesse caso, como referencial teórico para os temas ainda não regulamentados.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis são apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Foram elaboradas por unidade gestora do Poder, a partir das informações registradas no Sistema Corporativo e-Fisco, do Poder Executivo estadual. Estas notas referem-se a Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 - Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

### **2.1. Principais Práticas Contábeis**

#### **2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Compreendem o caixa e equivalentes de caixa e são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

#### **2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo**

Referem-se aos direitos a receber relacionados, principalmente, com: (i) acordos com servidores e ex-servidores, (ii) multas por descumprimento contratual, (iii) convênios de cessão de pessoal, entre outros. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

##### **2.1.2.1 – Metodologia de cálculo para perdas**

Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas, tanto para os créditos de curto prazo quanto de longo prazo.

O MCASP (8ª edição) não define metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Este está sendo registrado pelo Poder desde 2015, com base em orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	Ano 3	Ano 2	Ano 1
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

#### **2.1.3 Estoques**

Compreendem os materiais de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, abarcando, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor





## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

### **2.1.4 Créditos a Longo Prazo**

Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária, decorrentes, em sua maioria, de créditos a receber de acordos com servidores e ex-servidores, bem como descumprimentos contratuais. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.

A metodologia de cálculo utilizada é mesma para créditos a curto prazo e encontra-se detalhada no item 2.1.2.1.

### **2.1.5 Imobilizado**

O ativo imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da instituição. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando daqueles obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

No contexto de implantação das NBCASP, alguns procedimentos iniciais ainda estão sendo realizados, seguindo cronograma informado ao TCE, anexo à prestação de contas anual do Poder, bem como orientações específicas contidas no MCASP, dentre as quais, destaca-se que a entidade “deve reconhecer os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis (...)”.

Sistematicamente, os bens adquiridos com recursos do FERM-PJ são transferidos para a unidade gestora TJPE, nos termos do § 1º, art. 6º da Instrução de Serviço nº 7/2013, alterada pelo art. 1º da Instrução de Serviço nº 2/2016, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado.

#### **2.1.5.1 Bens Móveis**

Os bens estão reconhecidos a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Infraestrutura. Em





Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

2021, passaram a ser depreciados de acordo a política definida em conjunto pela Diretoria de Contabilidade e Diretoria de Infraestrutura. Desta forma, os bens adquiridos nos últimos 10 anos, a partir de 01/01/2011, foram depreciados por meio de rotina desenvolvida no sistema de Gestão Patrimonial, elaborada pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação (SETIC) deste Poder, adotando-se o método de cotas constantes. Em relação aos bens adquiridos anteriormente à data de corte, até 31/12/2010, estes ainda serão avaliados dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas contábeis vigentes, já em processo de discussões.

### **2.1.5.2 Bens Imóveis**

A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada, com base na vida útil informada pela DEA.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pela DEA, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também incorporados ao patrimônio deste.

### **2.1.6 Intangível**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No caso deste Poder, corresponde especificamente a softwares e são amortizados quando possuem vida útil definida.

### **2.1.7 Depreciação e amortização**

A depreciação representa a redução do valor dos bens corpóreos pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Quanto à depreciação, desde 2016, iniciou-se o reconhecimento deste fenômeno para os bens imóveis avaliados pela DEA, além de um imóvel cedido pelo TCE, como também dos construídos a partir desse exercício. No entanto, tendo em vista à época de desenvolvimento do sistema de Gestão Patrimonial não ter previsto rotina de depreciação, o cálculo para os bens imóveis vem sendo realizado em planilha Excel, com base na vida útil definida pela DEA, adotando-se o método de cotas constantes.

Para os bens móveis, a partir de 2021, iniciou-se a rotina de depreciação, por meio de rotina informatizada com base em parâmetros definidos pelas áreas envolvidas. Os bens foram segregados em duas massas, tendo como critério a data de aquisição. Para os bens adquiridos nos últimos 10 anos, a rotina foi implementada, sendo a depreciação acumulada de anos anteriores a 2021 registrada como ajustes de exercícios anteriores.

O método de depreciação de bens móveis foi definido como o de cotas constantes, sendo considerado o mês de início aquele seguinte à data de sua utilização. O valor depreciável tem base no custo histórico. Ademais, a tabela base utilizada é a disponível na Macrofunção SIAFI 020330.

Em relação ao procedimento de amortização, deu-se início em 2012, controlado por meio de planilha em Excel pela mesma justificativa anteriormente citada. A SETIC é a responsável pela definição do tempo de vida útil dos softwares considerados como de vida útil definida, bem como pela revisão daqueles classificados como indefinida. A vida útil é o critério utilizado como base para a amortização, calculada pelo método de cotas constantes e sem valor residual.

### **2.1.8 Passivo Circulante**

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as férias, 13º salário e licença prêmio, verbas essas que são apropriadas mensalmente por competência, refletindo os valores devidos até o encerramento do exercício. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores que possuam dez ou mais anos de efetivo exercício prestado, em acordo a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

### **2.1.9 Apuração do Resultado**

A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

### **Resultado patrimonial**

Decorre da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

### **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### **Resultado financeiro**

Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades.

É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.





## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

### **3. Balanço Patrimonial**

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

#### **3.1. Balanço Patrimonial - MCASP**

**Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa** – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2021	2020
Conta Única	467.829,02	85.211,77
Contas Movimento	330,00	26.405,45
CDB/RDB	93.917.067,20	69.506.314,82
Fundos de Aplicação Financeira	1.822.612,91	11.555.939,85
Total	96.207.839,13	81.173.871,89

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 2 – Créditos a Curto Prazo** – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, evidenciados na tabela a seguir:

Descrição	2021	2020
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.727.725,42	3.727.725,42
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) <sup>1</sup>	(3.622.603,56)	(3.587.935,72)

(continua)





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

(continuação)

Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.816.509,84	1.805.246,67
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores <sup>1</sup>	(1.765.284,26)	(1.737.549,92)
Convênio de Cessão de Pessoal	1.847.050,66	2.514.090,85
Outros Créditos a Receber <sup>2</sup>	855.643,49	882.119,41
<b>Total</b>	<b>2.859.041,59</b>	<b>3.603.696,71</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> O ajuste corresponde a 97,18%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1.

<sup>2</sup> Do saldo de 2021, todo o saldo a receber compreende créditos da unidade FERM. Já em 2020, do total desta conta, R\$ 881.796,03 refere-se a créditos a receber também do FERM.

**Nota 3 – Estoques** – Compostos por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Infraestrutura e o outro de materiais médico e odontológico gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

Descrição	2021	2020
Almoxarifado - Material de Consumo <sup>1</sup>	5.285.608,00	5.560.395,52
Almoxarifado - Saúde	441.970,29	218.827,98
<b>Total</b>	<b>5.727.578,29</b>	<b>5.779.223,50</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> O relatório do inventário de 31/12/2021 do sistema de Almoxarifado apresentou inconsistência na equação do resultado do saldo final, no montante R\$ 73.345,60, e inviabilizou os lançamentos contábeis de ajustes de entrada e saída, consequentemente afetando o saldo final contábil. A inconsistência encontra-se em análise pelos setores competentes.

**Nota 4 – Realizável a Longo Prazo**– Compreende o valor a receber a título de Dívida Ativa não Tributária, relativo a multa contratual aplicada a fornecedor, multa por penalidade aplicada a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução, deduzido do ajuste para perda, que em 2021 representou 99,79%, calculado com base na metodologia explicitada no item 2.1.2.1.

Descrição	2021	2020
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	2.432.834,91	2.126.830,35
( - ) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(2.427.725,96)	(2.124.490,84)
<b>Total</b>	<b>5.108,95</b>	<b>2.339,51</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

**Nota 5 – Imobilizado** – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade TJPE, em razão de o FERM-PJ não possuir ativos dessa natureza. Conforme exposto nos itens 2.1.5.1; 2.1.5.2 e 2.1.7, o reconhecimento da depreciação de bens móveis e imóveis teve seu início nos exercícios de 2021 e 2016, respectivamente.

Descrição	2021	2020	Crescimento %
	(a)	(b)	(c) = (a – b) / b*100
Bens Imóveis	742.485.539,11	716.186.812,30	3,67%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(50.579.676,47)	(42.020.213,50)	20,37%
Bens Móveis	249.415.815,39	247.170.723,24	0,91%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(101.576.788,26)	-	-
<b>Total</b>	<b>839.744.889,77</b>	<b>921.337.322,04</b>	<b>-8,86%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo:

Bens Móveis - Detalhamento	2021	2020	Variação 2021 / 2020
Valor Contábil Bruto inicial (i)	247.170.723,24	241.633.473,72	2,29%
Adições - Aquisições e/ou Bens Recebidos (ii)	8.873.602,02	8.239.767,46	7,69%
Baixas/Desincorporações e Doações no Período (iii)	(6.628.509,87)	(2.702.517,94)	145,27%
Valor Contábil Bruto final (iv) = (i + ii + iii) <sup>1</sup>	249.415.815,39	247.170.723,24	0,91%
Bens de Informática	104.886.143,67	106.073.127,83	-1,12%
Móveis e Utensílios	65.599.031,45	65.582.789,08	0,02%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	57.054.697,27	53.637.538,31	6,37%
Veículos	19.817.245,85	20.058.900,04	-1,20%
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.743.598,37	1.725.353,32	1,06%
Obras de Arte e Peças para Exposição	291.302,07	78.284,72	272,11%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	14.729,94	14.729,94	0,00%
Bens Móveis em Trânsito <sup>2</sup>	9.066,77	-	-
Depreciação Acumulada inicial (v)	-	-	-
Depreciação Reconhecida no período (vi)	(101.576.788,26)	-	-

(continua)





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

(continuação)

Baixas de depreciação acumulada (vii)	-	-	-
Depreciação Acumulada final (viii) = (v + vi + vii)	(101.576.788,26)	-	-
Bens de Informática	(56.204.192,34)	-	-
Móveis e Utensílios	(21.035.302,73)	-	-
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(18.304.022,29)	-	-
Veículos	(5.102.262,81)	-	-
Coleções e Materiais Bibliográficos	(927.886,41)	-	-
Demais bens	(3.121,68)	-	-
Valor Contábil Líquido de Bens Móveis (ix) = (iv) + (viii)	147.839.027,13	247.170.723,24	-40,19%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Em 2021, a Contabilidade encontra-se a maior no montante de R\$ 15.790,41 em relação ao inventário físico, em decorrência de bens móveis em trânsito no montante de R\$ 9.066,77 e de classificação equivocada no valor de R\$ 6.723,64.

<sup>2</sup> Compreendem bens doados a unidades gestoras do Poder Executivo, cuja baixa depende de rotina contábil a ser realizada pelo donatário.

Bens Imóveis - Detalhamento	2021	2020	Varição 2021 / 2020
Valor Contábil Bruto inicial (i)	716.186.812,30	713.324.636,85	0,40%
Adições (ii)	27.197.919,90	4.811.124,59	465,31%
Baixas (iii)	(899.193,09)	(1.948.949,14)	-53,86%
Valor Contábil Bruto Final (iv) = (i) + (ii) + (iii)	742.485.539,11	716.186.812,30	3,67%
Edificações em Geral	566.220.014,63	556.303.069,27	1,78%
Terrenos com Edificações	114.126.158,89	98.706.724,38	15,62%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	27.809.214,30	0,00%
Obras em Andamento	18.430.158,92	17.355.252,80	6,19%
Terrenos sem Edificações	9.827.696,88	9.548.596,88	2,92%
Instalações	4.037.247,47	4.249.218,99	-4,99%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	0,00%
Instalações em Andamento	397.578,75	593.973,88	-33,06%
Estudos e Projetos	347.767,71	331.060,24	5,05%
Depreciação Acumulada anterior (v)	(42.020.213,50)	(32.825.581,37)	28,01%
Depreciação Reconhecida no período (vi)	(9.349.299,24)	(9.283.536,53)	0,71%
Baixas de depreciação acumulada (vii)	789.836,27	88.904,40	788,41%
Depreciação Acumulada no final do período (viii) = (v) + (vi) + (vii)	(50.579.676,47)	(42.020.213,50)	20,37%

(continua)





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

(continuação)

Edificações em Geral	(48.188.981,71)	(39.756.493,41)	21,21%
Instalações	(2.348.392,17)	(2.232.824,94)	5,18%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	(42.302,59)	(30.895,15)	36,92%
Valor Contábil Líquido de Bens Imóveis (ix) = (iv) + (viii)	691.905.862,64	674.166.598,80	2,63%

**Nota 6 – Intangível** – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.

Softwares - Detalhamento	2021	2020	Variação 2021 / 2020
Valor Contábil Bruto inicial (i)	29.050.688,37	30.596.458,71	-5,05%
Adições (ii)	7.716.360,78	6.948.710,89	11,05%
Baixas (iii)	(7.374.029,63)	(8.494.481,23)	-13,19%
Valor Contábil Bruto Final (iv) = (i) + (ii) + (iii)	29.393.019,52	29.050.688,37	1,18%
Amortização Acumulada anterior (v)	(19.224.750,41)	(21.848.169,46)	-12,01%
Amortização Reconhecida no período (vi)	(3.038.136,74)	(1.701.441,96)	78,56%
Baixas de Amortização acumulada (vii)	5.263.460,08	4.324.861,01	21,70%
Amortização Acumulada no final do período (viii) = (v) + (vi) + (vii)	(16.999.427,07)	(19.224.750,41)	-11,58%
Valor Contábil Líquido de Softwares (ix) = (iv) + (viii)	12.393.592,45	9.825.937,96	26,13%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 7 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo** – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, entre outros, evidenciadas na tabela a seguir.

Descrição	2021	2020	Variação 2021 / 2020
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	81.463.484,32	87.107.862,07	-6,48%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	25.396.001,75	28.090.415,09	-9,59%
Licença Prêmio <sup>1</sup>	19.822.219,39	29.186.451,84	-32,08%
Férias - Contribuição Patronal RPPS <sup>1</sup>	18.034.891,14	19.942.835,17	-9,57%
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	4.446.205,00	4.989.837,50	-10,89%

(continua)





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

(continuação)

Contribuição Patronal INSS	699.420,22	698.302,21	0,16%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	692.787,21	708.756,25	-2,25%
Pessoal de Exercícios Anteriores	657.180,81	657.180,81	0,00%
Férias – Contribuição Patronal INSS <sup>1</sup>	514.635,57	552.552,14	-6,86%
Contribuição Patronal ao FUNAPREV	232.108,80	34.508,51	572,61%
Demais Obrigações	-	42.485,45	-100%
<b>Total</b>	<b>151.958.934,21</b>	<b>172.011.187,04</b>	<b>-11,66%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Refere-se a apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

**Nota 8 – Demais Obrigações a Curto Prazo** – Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros, evidenciadas na tabela abaixo:

Descrição	2021	2020
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	37.299.192,27	36.800.201,99
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	16.931.152,54	15.971.710,60
Demais consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	243.156,04	239.624,92
Demais Obrigações	977.647,28	755.488,18
<b>Total</b>	<b>55.451.148,13</b>	<b>53.767.025,69</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 9 – Resultados Acumulados** – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade e encontra-se detalhado na tabela a seguir.

Descrição	2021	2020
Resultado do Exercício <sup>1</sup>	45.036.967,41	(35.377.485,46)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(91.576.999,34)	(1.894.623,72)
Subtotal	(46.540.031,93)	(37.272.109,18)
Resultado de Exercícios Anteriores	795.264.302,33	832.536.411,51
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>748.724.270,40</b>	<b>795.264.302,33</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, a tabela a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Descrição	2021	2020
Depreciação de Bens Móveis	(85.875.712,77)	-
Avaliação das doações concedidas – Bens Móveis	(5.509.386,23)	(1.788.739,34)
Intangível (Software)	(176.001,00)	-
Ressarcimento de pessoal cedido	(18.235,61)	(19.631,60)
Depreciação de Bens Imóveis	2.336,27	(86.252,78)
Total	(91.576.999,34)	(1.894.623,72)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964**

**Nota 10** – O ativo e passivo são classificados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros. Tal resultado é também evidenciado em quadro próprio, tendo atingido em 2021 o montante de R\$ 39.184.320,82.

**3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964**

**Nota 11-** Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações registradas a esse título, especialmente aquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais.

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros no sistema eFisco a partir de 2012 especificamente em contas de controle, que não afetam o patrimônio do Tribunal, associadas ao controle financeiro das contas bancárias, vinculadas a pagamentos de precatórios, subordinados ao regime comum e especial, este estabelecido pela Emenda Constitucional nº 99/2017.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Ente Devedor	Saldo Bancário em	
	31/12/2021	31/12/2020
Precatórios - Estado de Pernambuco e suas Entidades	74.111.913,56	78.948.455,59
Precatórios – Municípios e suas Entidades	35.737.186,12	65.462.650,11
<b>Total</b>	<b>109.849.099,68</b>	<b>144.411.105,70</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964**

**Nota 12** - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado por destinação (fontes) de recursos.

**3.5. Quadro Analítico do Balanço Patrimonial – Resolução TCE nº 024/2017**

O quadro abaixo foi elaborado, em atendimento ao item 12 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 148/2021, com a finalidade de evidenciar as contas relacionadas nos grupos do balanço patrimonial, indicados os respectivos atributos financeiro ou permanente, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO			
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - UGE 070001			
QUADRO ANALÍTICO DO BALANÇO PATRIMONIAL			
			EXERCÍCIO: 2021
			Em R\$
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO</b>			
<b><u>Ativo Circulante</u></b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		96.207.839,13	81.173.871,89
(F) Conta Única - Caixa Econômica Federal		467.829,02	85.211,77
(F) Banco do Brasil		330,00	613,50
(F) Bradesco		-	8.455,16
(F) Banco Santander		-	17.336,79
(F) CDB/RDB		93.917.067,20	69.506.314,82
(F) Fundos de Aplicação Financeira		1.822.612,91	11.555.939,85





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Créditos a Curto Prazo	2.859.041,59	3.603.696,71
(P) Créditos a Receber Decorrente de Acordos com Servidores e Ex-Servidores	1.816.509,84	1.805.246,67
(F) Multas a Recuperar	-	312,38
(F) Outros Créditos a Receber	855.643,49	881.807,03
(P) Créditos por Outros Contratos	3.727.725,42	3.727.725,42
(P) Convênio de Cessão de Pessoal	1.847.050,66	2.514.090,85
(P) (-) Ajuste de Perdas de Créd. a Receber Decor. de Acordos com Serv. e Ex-Servidores	(1.765.284,26)	(1.737.549,92)
(P) (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber por Outros Contratos	(3.622.603,56)	(3.587.935,72)
Estoques	5.727.578,29	5.779.223,50
(P) Almoxarifado - Material de Consumo	5.285.608,00	5.560.395,52
(P) Almoxarifado - Medicamentos e Materiais Hospitalares	441.970,29	218.827,98
<i>Total do Ativo Circulante</i>	<u>104.794.459,01</u>	<u>90.556.792,10</u>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Realizável a Longo Prazo	5.108,95	2.339,51
Créditos a Longo Prazo	5.108,95	2.339,51
(P) Créditos Inscritos Dívida Ativa Não Tributária	2.432.834,91	2.126.830,35
(P) (-) Ajuste para Perdas da Dívida Ativa Não Tributária	(2.427.725,96)	(2.124.490,84)
Imobilizado	839.744.889,77	921.337.322,04
(P) Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	57.054.697,27	53.637.538,31
(P) Bens de Informática	104.886.143,67	106.073.127,83
(P) Móveis e Utensílios	65.599.031,45	65.582.789,08
(P) Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	14.729,94	14.729,94
(P) Obras de Arte e Peças para Exposição	291.302,07	78.284,72
(P) Coleções e Materiais Bibliográficos	1.743.598,37	1.725.353,32
(P) Veículos	19.817.245,85	20.058.900,04
(P) Bens Móveis em Trânsito	9.066,77	-
(P) Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	27.809.214,30
(P) Edificações em Geral	566.220.014,63	556.303.069,27
(P) Terrenos sem Edificações	9.827.696,88	9.548.596,88
(P) Terrenos com Edificações	114.126.158,89	98.706.724,38
(P) Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56
(P) Bens Imóveis - Obras em Andamento	18.430.158,92	17.355.252,80
(P) Estudos e Projetos	347.767,71	331.060,24
(P) Instalações	4.037.247,47	4.249.218,99
(P) Instalações em Andamento	397.578,75	593.973,88
(P) (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis - Bens de Informática	(56.204.192,34)	-
(P) (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis - Móveis e Utensílios	(21.035.302,73)	-
(P) (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis - Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	(1.335,04)	-





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

(P) (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis – Veículos	(5.102.262,81)	-
(P) (-) Depreciação Acumulada de Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(18.304.022,29)	-
(P) (-) Depreciação Acumulada de Demais Bens Móveis	(929.673,05)	-
(P) (-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(50.579.676,47)	(42.020.213,50)
Intangível	12.393.592,45	9.825.937,96
(P) Softwares em Uso	29.393.019,52	29.050.688,37
(P) (-) Amortização Acumulada - Softwares	(16.999.427,07)	(19.224.750,41)
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>	<i>852.143.591,17</i>	<i>931.165.599,51</i>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>956.938.050,18</b>	<b>1.021.722.391,61</b>
	<b>Nota</b>	<b>Exercício Atual</b>
		<b>Exercício Anterior</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	151.958.934,21	172.011.187,04
(F) Obrigações de Pessoal - Extra Folha	1	-
(F) Obrigações de Pessoal - Extra Folha		42.485,45
(P) Férias Vencidas sobre Folha Pessoal Civil	81.463.484,32	87.107.862,07
(P) Férias Vencidas - Abono Constitucional Folha Pessoal Civil	25.396.001,75	28.090.415,09
(P) Auxílio Alimentação s/ Férias Vencidas	4.446.205,00	4.989.837,50
(P) Licença Prêmio Vencida	19.822.219,39	29.186.451,84
(P) Folha Pessoal - Exercícios Anteriores	657.180,81	657.180,81
(F) Encargo Patronal ao FUNAPREV - Ativo Civil - a pagar	1	232.108,80
(F) Encargo Patronal ao FUNAPREV - Ativo Civil - a pagar		34.508,51
(P) Encargo Patronal ao RPPS s/ Férias Vencidas - Ativo Civil	18.034.891,14	19.942.835,17
(F) Contribuição ao Sassepe a Pagar	1	692.787,21
(F) Contribuição ao Sassepe a Pagar		708.756,25
(F) INSS - Contribuição sobre Salários e Remunerações	1	693.422,17
(F) INSS - Contribuição sobre Salários e Remunerações		698.302,21
(F) INSS - Contribuição s/ Folha Pessoal Contratado por Tempo Determinado	1	5.998,05
(F) INSS - Contribuição s/ Folha Pessoal Contratado por Tempo Determinado		-
(P) Contribuição Patronal ao INSS s/ Férias Vencidas - Ativo Civil	514.635,57	552.552,14
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	803.697,44	679.876,55
(F) Fornecedores Nacionais do Exercício a Pagar	1	803.697,44
(F) Fornecedores Nacionais do Exercício a Pagar		679.876,55
Demais Obrigações a Curto Prazo	55.451.148,13	53.767.025,69
(F) Consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	-	134,60
(F) Consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento		-
(F) INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento	243.156,04	239.460,32
(F) INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ	25.985,47	-
(F) INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ		-
(F) INSS Retido Servidores Extra Folha de Pagamento	-	30,00
(F) INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ		-
(F) Imposto de Renda Retido sobre a Folha de Pagamento	16.931.152,54	15.971.710,60
(F) Imposto sobre Serviços Retido de PF e PJ	23.441,95	-
(F) Imposto sobre Serviços Retido de PF e PJ		-
(F) Remunerações e Proventos não Reclamados/Bloqueados	-	7.449,78
(F) Remunerações e Proventos não Reclamados/Bloqueados		-
(F) Pensões não Reclamadas/Bloqueadas	89.697,51	18.933,31
(F) Pensões não Reclamadas/Bloqueadas		-
(F) Depósitos de Cauções de Terceiros	611.893,61	595.272,28





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

(F) Depósitos de Terceiros	226.628,74	24.966,48
(F) Fundo Estadual de Enfrentamento ao Coronavírus - FEEC	-	108.866,33
(F) Contribuições Outros Poderes a Repassar	37.067.590,34	36.765.693,90
(F) FUNAPREV Retido Servidor - Folha UG Independente	231.601,93	34.508,09
<i>Total do Passivo Circulante</i>	<i>208.213.779,78</i>	<i>226.458.089,28</i>
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>		
<i>Total do Passivo Não Circulante</i>	-	-
<b><u>Patrimônio Líquido</u></b>		
Resultados Acumulados	748.724.270,40	795.264.302,33
(P) Superávits ou Déficits do Exercício	45.036.967,41	(35.377.485,46)
(P) Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	795.264.302,33	832.536.411,51
(P) Ajustes de Exercícios Anteriores	(91.576.999,34)	(1.894.623,72)
<i>Total do Patrimônio Líquido</i>	<i>748.724.270,40</i>	<i>795.264.302,33</i>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>956.938.050,18</b>	<b>1.021.722.391,61</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> São obrigações que já passaram pela execução orçamentária (empenho e liquidação), correspondente aos restos a pagar processados, que totalizaram R\$ 2.428.013,67 em 2021 e R\$ 2.163.928,97 em 2020.

#### 4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP. A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

**Nota 1 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** – Compreendem Variações Monetárias e a Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras, este último representando, em 2021, 92,81% do total. Foi verificado um aumento na remuneração dos depósitos bancários e aplicações no percentual de 140,30%, em relação ao ano anterior.

**Nota 2 – Transferências e Delegações Recebidas** – Em 2021, foram recebidas Transferências Intergovernamentais e Intragovernamentais. As primeiras, compreendem bens imóveis recebidos por meio de doações de municípios. As últimas, compreendem os duodécimos recebidos do Poder Executivo, bem como as





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

transferências de almoxarifado, bens móveis, bens imóveis e softwares recebidos do FERM-PJ, em virtude de o controle patrimonial do Poder Judiciário ocorrer de forma centralizada na UG 070001 – TJPE. Destaca-se que as referidas transferências recebidas pelo TJPE aparecem como concedidas no FERM-PJ, anulando-se na demonstração consolidada do Poder.

Descrição	2021	2020
Transferências Intragovernamentais	1.688.069.201,84	1.525.200.352,90
Duodécimos Recebidos <sup>1</sup>	1.642.381.580,04	1.503.715.329,97
Bens Imóveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	26.824.419,90	4.811.124,59
Bens Móveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	8.087.655,87	8.050.767,08
Softwares – Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	7.716.360,78	6.318.710,89
Almoxarifado - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	3.059.185,25	2.304.420,37
Total de Transferências Intergovernamentais	373.500,00	-
Bens Imóveis – Doações Recebidas de Municípios	373.500,00	-

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Em 2021, contempla o recebimento de R\$ 1.550.350.900,04, previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA, acrescido do arredondamento de centavos e de R\$ 92.030.680,00, referente a crédito suplementar, conforme Decretos nº 50.059, 50.066 e 51.300/2021.

**Nota 3 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos –** Compreendem em 2021 os Ganhos com Incorporação de Ativos, no valor de R\$ 84.269,36, como também a Desincorporação de Passivos, no valor total de R\$ 57.509.117,01. Esta última abrange R\$ 47.650.932,75 decorrente de ajustes no passivo de férias e R\$ 9.858.184,26 referente a ajustes no passivo de licença prêmio, cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar, com base nas informações recebidas da Secretaria de Gestão de Pessoas, implicando em registros de VPA e VPD, a depender da variação do saldo do passivo.

**Nota 4 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas –** Compreendem, principalmente, a Receita Incidente Sobre os Emolumentos e o Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição, conforme detalhado na tabela abaixo:





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Descrição	2021	2020
Receitas Incidentes sobre os Emolumentos	8.952.080,94	6.610.184,47
(-) Restituição de Receitas Incidentes sobre os Emolumentos	(8.986,09)	(4.783,76)
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	2.922.699,47	3.580.517,23
Indenizações e Restituições	1.098.626,88	590.258,59
Outras Receitas de Valores Mobiliários	19.187,46	-
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas Diversas	718,65	1.223,65
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	-	10.072,64
<b>Total</b>	<b>12.984.327,31</b>	<b>10.787.472,82</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 5 – Pessoal e Encargos** – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios da unidade TJPE, conforme descrito no quadro abaixo. A visão conjunta consta na demonstração consolidada do Poder.

Descrição	2021	2020	% Variação 2021 / 2020
Remuneração a Pessoal	1.250.143.129,46	1.231.942.672,87	1,48%
Encargos Patronais	288.422.018,55	277.264.390,20	4,02%
Benefícios a Pessoal	92.765.286,03	70.722.563,77	31,17%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	15.616.424,56	11.414.158,93	36,82%
<b>Total</b>	<b>1.646.946.858,60</b>	<b>1.591.343.785,77</b>	<b>3,49%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 6 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais** – Evidenciam os valores pagos a título de Auxílio Saúde e Auxílio Funeral.

**Nota 7 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** – Evidencia o Uso de Material de Consumo, Serviços, Depreciação e Amortização, sendo as duas últimas calculadas conforme detalhado no item 2.1.7. A depreciação dos bens móveis teve sua rotina implantada em 2021, razão pela qual não consta valor em 2020.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Descrição	2021	2020
Depreciação de Bens Móveis	15.701.075,49	-
Depreciação de Bens Imóveis	9.349.299,24	9.162.295,75
Uso de Material de Consumo	3.329.524,46	2.692.480,41
Amortização de Intangível	3.038.136,74	1.672.337,96
Serviços	337.646,38	7.386,98
Total	31.755.682,31	13.534.501,10

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 8 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** – Em 2020, evidenciaram as perdas apuradas em aplicações financeiras. Fato que não ocorreu em 2021.

**Nota 9 – Transferências e Delegações Concedidas** – Correspondem as Transferências Intragovernamentais, Intergovernamentais e aquelas destinadas a Instituições Privadas.

Descrição	2021	2020
Transferências Intragovernamentais	200.898,15	917.050,85
Transferências a Instituições Privadas	913.445,80	2.162.299,14
Transferências Intergovernamentais	-	11.868,24
Total	1.114.343,95	3.091.218,23

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As Transferências Intragovernamentais abrangem as transações realizadas entre unidades gestoras do Poder (TJPE) e do Estado de PE, relativas a transferências de bens móveis e imóveis, detalhadas na tabela a seguir:

Descrição	2021	2020
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	200.898,15	212.590,46
Bens Imóveis - Cessões Devolvidas	-	704.460,39
Total	200.898,15	917.050,85

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Já as Transferências a Instituições Privadas, no montante de R\$ 913.445,80, correspondem a doações de bens moveis no valor de R\$ 677.625,00 e despesa executada a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, no valor de R\$ 235.820,80.

**Nota 10 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos** – Compreendem o Ajuste para Perdas, realizado na conta de dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.2.1, como também a Desincorporação de Ativos.

Descrição	2021	2020
Desincorporação de Ativos Intangíveis	1.787.734,17	4.198.724,22
Desincorporação da Dívida Ativa não Tributária	318.779,61	94.292,46
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	303.235,12	233.601,45
Outras Desincorporações de Bens Imóveis	111.693,09	1.190.572,35
Ajuste para Perdas em Créditos Não Tributários	62.402,18	-
Outras Baixas de Bens Móveis	51.600,00	97.241,24
Desincorporação de Créditos a Receber não Tributários	200,00	44.052,42
Doação de Bens Móveis	-	175.712,33
Total	2.635.644,17	6.034.196,47

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 11 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** – Compreendem as Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representado majoritariamente com despesas de militares inativos da guarda patrimonial decorrente da prestação dos serviços de segurança realizada nos prédios do Poder, no valor de R\$ 2.089.596,40.

## **5. Balanço Orçamentário**

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, nos termos do art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo,



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

### **5.1. Balanço Orçamentário - MCASP**

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício."

Como consequência desse dispositivo, o Balanço do TJPE apresenta um déficit, justificado na Nota 1.

Além disso, as colunas "Saldo" e "Saldo da Dotação", que historicamente foram apresentadas por valores iguais, no novo modelo não coincidem, em virtude das orientações contidas no MCASP que não considera a diferença entre a receita prevista e a despesa fixada. O déficit deve ser informado apenas para a execução.

**Nota 1 – Previsão Atualizada da Receita** – Em 2021, o decreto estadual nº 51.300/2021, autorizou a abertura de crédito suplementar utilizando como fonte o excesso de arrecadação do ICMS. Em que pese tratar-se de um recurso arrecadado pelo Tesouro Estadual, a Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAG) atualizou equivocadamente a previsão de receita orçamentária na Unidade Gestora do TJPE,



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

razão pela qual deve ser desconsiderada para fins de análise, principalmente quando da análise do resultado da arrecadação x previsão da receita.

**Nota 2 – Déficit Orçamentário** – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado na tabela abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = ( a – b )
19.158.990,83	1.648.481.286,69	(1.629.322.295,86)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Ressalta-se que as receitas realizadas foram em sua maioria advindas dos rendimentos de aplicação financeira, do ressarcimento de pessoal cedido e com a receita da fonte de recurso FUNSEG incidente sobre emolumentos.

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 13.059.284,18.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d) = ( a + b - c )
19.158.990,83	1.642.381.580,04	1.648.481.286,69	13.059.284,18

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 3 – Saldos de Exercícios Anteriores** – O montante de R\$ 14.037.488,82 foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2021 e representa aproximadamente 54% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2020, no valor de R\$ 26.125.036,64.

**Nota 4 – Dotação Atualizada** – Em relação à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 106.068.168,82. Esse montante resulta de suplementações decorrentes de créditos adicionais no valor de R\$ 14.037.488,82, advindo de superávit financeiro, evidenciado na nota acima, além do aumento de R\$ 92.030.680,00, cuja fonte foi anulação de recursos do Poder Executivo e excesso de arrecadação, conforme Decretos nº 50.059, 50.066 e 51.300/2021.





## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Anulação de Recursos do Estado)	Suplementação (Excesso de Arrecadação - ICMS)	Suplementação (Superávit Financeiro TJ)	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b + c + d)
1.556.350.900,00	47.030.680,00	45.000.000,00	14.037.488,82	1.662.419.068,82

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 5 – Despesas Empenhadas**– Atingiram o montante de R\$ 1.648.481.286,69, correspondendo a 99,16% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 13.937.782,13. Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, não há diferença entre os valores das despesas empenhadas para as liquidadas.

### **5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados**

Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2021, como no de 2020, não há valores a serem apresentados a esse título.

### **5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados**

Todo o valor inscrito em Restos a Pagar Processado em 2020, no montante de R\$ 2.163.928,97, foi pago no decorrer do exercício de 2021, não ocorrendo cancelamento no período.

## **6. Balanço Financeiro**

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.





## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

**Nota 1 – Receita Orçamentária** – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida das deduções. Dessa forma, ressalta-se a dedução de R\$ 8.986,09 nesse exercício, que corresponde a restituição de recursos do FUNSEG.

**Nota 2 – Saldo para o Exercício Seguinte** – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 15.033.967,24, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2020, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.

Saldo Final 31/12/2021	Saldo Final 31/12/2020	Resultado Financeiro 2021
(a)	(b)	(c) = (a - b)
96.207.839,13	81.173.871,89	15.033.967,24

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

### **7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, inerente à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; c) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; d) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.





Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

**Nota 1 – Transferências Recebidas** – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.642.381.580,04, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro), advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA e respectivas suplementações, conforme Decretos nº 50.059 e 50.066/2021.

**Nota 2 – Transferências Concedidas** – Correspondem à despesa paga a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 235.820,80, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes.

**Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** – Corresponde a soma do Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os valores apresentados na DFC a título de Caixa e Equivalente de Caixa inicial e final foram confrontados com aqueles da conta de mesmo nome do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, não sendo identificada nenhuma diferença.

Em atendimento ao item 2.3, Parte V do MCASP, segue na tabela abaixo a conciliação da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa com informações extraídas do Balanço Orçamentário.

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração do Fluxo de Caixa	
Receitas Correntes Realizadas (Arrecadadas)	19.158.990,83
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	1.642.381.580,04
(-) Despesas Correntes Pagas	(1.645.352.314,02)
(-) Restos a pagar de 2020 pagos em 2021 ref. Atividades Operacionais	(2.163.928,97)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (i)</i> <sup>1</sup>	14.024.327,88
Receitas de Capital Realizadas (Arrecadadas)	-
(-) Despesas de Capital Pagas	(700.959,00)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (ii)</i>	(700.959,00)
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (iii) = (i) + (ii)	13.323.368,88

<sup>1</sup> Não considera as Transferências Concedidas informadas na DFC, pois estão contempladas nas despesas correntes pagas, já que tiveram também impacto orçamentário.

**Nota 4 – Geração Líquida Extraorçamentária** – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2021**

pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2021, em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 1.710.598,36.

**8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos**

Em atenção ao item 16 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 148/2021, que trata da elaboração das Notas Explicativas, foi elaborado a tabela abaixo referente a movimentação das fontes de recursos, contendo o saldo inicial da disponibilidade por destinação de recursos e respectivas entradas, saídas e saldo final.

Discriminação	Fontes			Total
	101000000 Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro)	121000000 Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	157000000 Recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG <sup>1</sup>	
Saldo inicial 2021 (I)	14.037.488,82	317.695,81	11.769.852,01	26.125.036,64
Entradas (II)	1.651.900.671,52	12.950,86	9.635.934,58	1.661.549.556,96
Duodécimos Recebidos	1.642.381.580,04	-	-	1.642.381.580,04
Receitas Orçamentárias	9.519.091,48	12.950,86	9.635.934,58	19.167.976,92
Saídas (III)	1.647.559.821,69	-	930.451,09	1.648.490.272,78
Restituição de Receitas	-	-	8.986,09	8.986,09
Despesas Liquidadas	1.647.559.821,69	-	921.465,00	1.648.481.286,69
Saldo Final 2021 (IV) = (I+II-III)	18.378.338,65	330.646,67	20.475.335,50	39.184.320,82

<sup>1</sup> Lei Estadual nº 16.521/2018.  
Fonte: e-Fisco Financeiro

Recife, 17/03/2022.

Carleide Maria Bezerra  
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo  
Presidente

